

Bruno Peres/Agência Brasil

CORREIO POLÍTICO

Andressa Anholeta/Agência Senado



Acesso restrito à principal entrada do Congresso

O Congresso não é mais a “Casa do Povo”

Há não muito tempo, havia uma loja de souvenirs em uma sala em frente à Chapelaria do Congresso. A loja era um sinal claro para os eventuais visitantes. Demonstrava o quanto naquele tempo a Câmara e o Senado os considerava bem-vindos. Tão bem-vindos que eles poderiam completar a sua experiência comprando ali uma lembrança da visita. A partir do dia 23 de março, porém, visitantes não terão mais acesso à Chapelaria. Não mais poderão entrar no Congresso por ali. Só poderão entrar pelos anexos tanto da Câmara quanto no Senado. Veículos de aplicativo e táxis não credenciados também não poderão desembarcar ali. Ou seja, o “povo” não será mais bem-vindo na principal entrada da “Casa do Povo”.

Mais um passo de distanciamento

A justificativa oficial da mudança é “organizar melhor o fluxo”, “garantir a segurança” e “agilizar o deslocamento”. Bem, o Congresso tem 513 deputados e 81 senadores desde a Constituição de 1988. Portanto, é difícil imaginar por que isso só teria se tornado um problema 38 anos depois. Na verdade, parece mais um passo em direção ao claro distanciamento que vai se verificando entre o Parlamento e os cidadãos que ele representa.

Vínius Loures/Câmara dos Deputados



Votações com o plenário vazio: cada vez mais comuns

Temores aumentaram no 8 de janeiro

Na verdade, os temores com a segurança aumentaram muito no Congresso após os atentados do dia 8 de janeiro. O Congresso chegou mesmo a fazer um projeto de guarita intermediária entre a rampa e a entrada na Chapelaria, mas o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) não permitiu. Então, os parlamentares resolveram partir agora para essa restrição. Entre os temores que hoje ali atrapalham o sono dos parlamentares estaria o risco de alguém parar um carro-bomba ali embaixo.

Paradoxo

Mas esse medo soa como um tremendo paradoxo no momento em que boa parte do mesmo Congresso insiste que deveria haver anistia para quem participou dos atentados. Em algum momento, o Congresso terá de analisar o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto que propõe redução de penas pelos atos antidemocráticos. Se nada foi grave, então, qual é o medo?

POR
RUDOLFO LAGO

Inversão

Quando recebeu o pedido de impeachment do então presidente Fernando Collor, o então presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PM-DB-RS), cunhou uma frase que marcou o momento: “Quando o povo quer, esta Casa acaba querendo”. Alguns processos podem estar invertendo essa frase.

Sem eleitor

O ex-juiz eleitoral e criador da Lei da Ficha Limpa, Márlon Reis, bate na tecla que o modelo brasileiro de voto proporcional com lista fechado unido ao poder de destinação orçamentária criou uma situação na qual os partidos hoje sabem quem será eleito em cada estado, com margem mínima de erro.

Congresso quer

Um processo que, assim, elimina na prática o eleitor do processo. Ele vota somente para legitimar uma eleição decidida por outros meios. É daí a possível inversão da frase de Ibsen: “O que o Congresso quer, o povo acaba querendo”. Ou no mínimo acaba perdido no complicado sistema de voto.

Dispensa

Um processo que dispensa o povo se reflete em um processo que dispensa a sua presença. Mais e mais, sessões da Câmara têm acontecido virando a madrugada e com baixíssima presença de fato de deputados no plenário, a partir da possibilidade das sessões híbridas com votação virtual no processo estabelecido na pandemia.

Crise

Tudo isso é parte da crise que hoje envolve o sistema de representação da democracia. Um processo que não acontece somente no Brasil. Que tem a ver com a velocidade do mundo real e com a forma como ele produz frustrações. Frustrações que geram revolta. Revolta aproveitada pelos radicais.

Responsabilidade

Mas se alguém pode eventualmente querer desaguar suas frustrações estacionando um carro-bomba na Chapelaria, o Congresso não tem responsabilidade nesse clima de revolta? Seja quando instiga, seja quando passa pano? A solução é distanciar o cidadão mais e mais dos seus representantes?



Por ser PEC, proposta exige quórum qualificado

Fim da escala 6X1 tem chances de ser aprovada?

Analistas divergem sobre a possibilidade de mudança

Por Gabriela Gallo

Em ano eleitoral, um dos principais assuntos de interesse do governo é aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que determina o fim da escala de trabalho 6X1, que consiste em seis dias de trabalho e um dia de descanso.

Para além do governo, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), tem se manifestado favorável à medida, incentivando o debate para aprovar a PEC e encerrar o modelo de jornada de trabalho ainda neste ano.

Contudo, o posicionamento do parlamentar não está sendo bem avaliado por seus aliados do campo conservador. Também nesta quinta-feira, o presidente do Republicanos, partido de Hugo Motta, o deputado Marcos Pereira (SP), se manifestou contrário ao fim da escala 6X1, e disse que “o ócio demais faz mal”. Em entrevista a Folha de São Paulo, Marcos Pereira avalia que, em relação à demanda popular de mais tempo de lazer, a proposta é ineficiente considerando o baixo poder aquisitivo da população.

“O lazer é importante para a saúde mental. Mas a população vai fazer lazer onde? O povo não tem dinheiro, infelizmente”, afirmou o parlamentar.

Ao Correio da Manhã, a especialista em Relações Governamentais e Legislativo da BMJ

Consultores Associados Gabriela Santana considera que a PEC tem chances de ser aprovada ainda neste ano. “Pensando no momento da janela de oportunidade, estamos no período pré-eleitoral. É uma agenda extremamente eleitoreira e é muito difícil a oposição se colocar totalmente contra porque vai também contra o eleitorado deles”, avaliou Gabriela.

Já o advogado especialista em direito trabalhista Cid de Camargo Júnior, que também é sócio do escritório Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados, considerou como um avanço institucional Hugo Motta ter encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Contudo, para o advogado, “não há no texto qualquer previsão sobre chances de aprovação ainda neste ano”.

“O que pode ser inferido é que o processo está em fase inicial de análise e exige diálogo amplo com diferentes setores”, explicou Júnior para a reportagem.

Na mesma linha, o professor do curso de Relações Internacionais e cientista político Adriano Cerqueira também considera que as chances da PEC ser votada e aprovada ainda em 2026 são baixas. Ele pondera que o processo de aprovação da PEC (que necessita de uma mobilização de 3/5 em dois turnos, na Câmara e no Senado, para ser aprovado) dificulta a aprovação.